Pamela Gouveia

A HISTÓRIA DE UM CAMPO DE DISPUTA DE CONCEPÇÕES

Zilma de Moraes Ramos de Oliveira

O caminho trilhado na construção da educação infantil no Brasil nos leva a reconhecer não só que concepções de infância e desenvolvimento da criança, e o papel da família, da comunidade, da instituição educacional e dos órgãos governamentais na educação de meninos e meninas são construções históricas, mas que tais concepções orientam ações diversas por parte do poder público e da iniciativa privada, conforme a camada social da população atendida.

Até meados do século XIX, o pouco atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições tipo creches era destinado em geral a crianças enjeitadas de famílias muito pobres e caracterizado como uma dádiva aos menos aquinhoados. Já ao final daquele século, foram criados pelas elites políticas em 1875, no Rio de Janeiro, e em 1877, em São Paulo, os primeiros jardins de infância para atendimento de seus filhos sob os cuidados de entidades privadas e, alguns anos depois, em 1896, o primeiro jardim de infância público anexo à Escola Caetano de Campos, em São Paulo.

No início do século XX, a creche passou a ser reivindicada nos centros que se industrializavam pelas mulheres operárias e recebeu ainda defesa de médicos preocupados com as condições de vida da população moradora em ambientes insalubres, e de políticos que viam na creche um meio de evitar a marginalidade e a criminalidade de crianças e jovens da população mais carente. Por sua vez os debates como o provocado pelo "Movimento das Escolas Novas" sobre a renovação pedagógica, na década de 30, dirigiam-se mais aos jardins de infância, onde estudavam preferencialmente as crianças dos grupos sociais de prestígio, do que aos parques infantis e outras instituições que atendiam crianças nos meios populares.

> Mais ações devem ser efetivadas para o acesso de todas as crianças a uma instituição de educação infantil

No início da década de 60, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que incluiu as escolas maternais e os jardins de infância no sistema de ensino, não assegurou o fortalecimento de práticas educativas adequadas às características das crianças pequenas, filhas de famílias de baixa renda. As políticas adotadas pelos governos militares continuaram a acentuar a ideia de creche, e mesmo de pré-escola, como equipamento de assistência à criança carente. Para responder às teorias elaboradas nos Estados Unidos e na Europa, que defendiam que as crianças das camadas sociais mais pobres sofriam de "privação cultural", o que explicaria seu fracasso na escola obrigatória, foram aqui elaboradas propostas de trabalho junto às creches e pré-escolas que atendiam à população de baixa renda sob o nome de "educação compensatória". Enquanto isso, trabalhadoras de classe média que buscavam uma instituição para complementar a educação que davam a seus filhos, liberando-as para o mercado de trabalho, sob a influência dos discursos feministas, reivindicavam um trabalho que fugisse não só das perspectivas higienistas e custodiais como das orientações que buscavam trazer para a educação dos menores modelos tirados da tradição da escola fundamental.

Com a redemocratização política, as discussões de pesquisadores sobre a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento da criança propiciaram algumas mudanças no trabalho então proposto pelos discursos oficiais sobre a educação das crianças pequenas, e valorizaram atividades pedagógicas mais sistematizadas, embora a preocupação com medidas de combate à desnutrição continuasse a existir. Ao mesmo tempo, o período foi marcado pelo debate dos educadores sobre como o trabalho realizado em creches e pré-escolas contribuiria na luta contra desigualdades sociais, o que provocou a elaboração de programações pedagógicas voltadas ao desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças. Junto a isso, pressões de diversos movimentos sociais possibilitaram o reconhecimento, na Constituição de 1988, da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino, o que foi regulamentado pela LDB de 1996.

Na atualidade, apesar de cada vez mais a vivência da criança em programas de educação infantil de qualidade ser apontada como indicador de bom desenvolvimento, persiste a dificuldade de ampliar o número de crianças atendidas nas instituições de educação infantil, especialmente no que se refere à creche, com desigualdade de acesso entre as crianças brancas e negras, ricas e pobres, moradoras do meio urbano e rural e das diferentes regiões.

Hoje mais ações devem ser efetivadas para garantir o acesso de todas as crianças a uma instituição de educação infantil e que esta lhes propicie experiências de aprendizagem significativas em um espaço rico em interações com adultos e outras crianças, superando fragmentações historicamente constituídas no atendimento aos diferentes grupos sociais.

Zilma de Moraes Ramos de Oliveira é professora associada da Universidade de São Paulo.

A íntegra deste artigo está disponível no "Debate acadêmico" do *Portal Unesp*, no endereço **http://www.unesp.br//noticia.php?artigo=8228**